

CIMI - SETOR DE DOCUMENTAÇÃO
 Fonte: *Diário Oficial da União* Data: *11.08.95*
 Cidade: *Brasília - DF*

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

DESPACHO Nº 81, DE 9 DE AGOSTO DE 1995

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1591/95. Referência: Terra Indígena KARIPUNA. Interessados: Grupos Indígenas Karipuna e Isolados. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1591/95, e considerando o Parecer nº 87/DID/DAF/95, de autoria da Antropóloga Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, devida:

1. Aprovar as conclusões objeto da citada Resolução para a finalidade de reconhecer os estudos e adequações à delimitação da Terra Indígena KARIPUNA, da ocupação dos respectivos grupos tribais Karipuna e Isolados, com a superfície e perímetro aprovados de 153.350 ha e 221 km respectivamente, localizada nos Municípios de Porto Velho e Guajará Mirim, Estado de Rondônia.
2. Determinar a publicação no DOU do Parecer, Memorial Descritivo e Despacho, na conformidade do Art. 2º, § 7º do Decreto nº 22/91.
3. Encaminhar o respectivo processo de demarcação ao Ministério da Justiça, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória, para a aprovação.

DINARTE NOBRE DE MADEIRO

FARECE Nº 87/DID/DAF, DE 4 DE AGOSTO DE 1995

Referências: PROC. FUNAI/BSB nº 1419/95; PROC/FUNAI/BSB nº 5018/77; Pastas Suspensas FUNAI/DIL Denominação: TERRA INDÍGENA KARIPUNA Localização: município de Porto Velho e Guajará-Mirim, estado de Rondônia. Grupos Indígenas: KARIPUNA e ISOLADOS. Tronco Linguístico: TUPÍ. Língua: TUPÍ-KAWAÍB. Situação Fundiária: Identificada e Delimitada pelo Grupo Técnico - Portaria nº 820/94 - Pres de 14 de setembro de 1994. Superfície e Perímetro: 153.350 ha/221 km.

1-ANTECEDENTES

O grupo indígena Karipuna foi contatado pela FUNAI em 1976 próximo ao rio São Francisco. Segundo relatório do Sertanista Benamour Fortes, que promoveu o contato, havia indícios da presença de, no mínimo, mais três grupos isolados na região, sendo dois deles cisto dos próprios Karipuna e o terceiro, mais ao sul, provavelmente de outra etnia, pois inimigos tradicionais dos Karipuna.

No final de 1977 a Frente de Atracão da FUNAI vinha mantendo contato sistemático com 32 índios. Nesta época foi solicitado pelo Chefe da Frente a criação de um Posto Indígena, à margem esquerda do rio Jaci-Paraná, com o objetivo de ministrar maior assistência aos índios que passavam por um processo de depopulação, e a interdição de parte do território tradicional Karipuna, aproximadamente

202.000 ha, para maior proteção ao grupo contatado e para que fosse dado continuidade ao processo de atracão dos demais grupos que habitavam a bacia do rio Jaci-Paraná.

Apesar de não ter oficialmente interdição a área indígena a FUNAI passou a reconhecer os limites propostos e, em 1980, através do seu Presidente, informou ao INCRA sobre as terras Karipuna, levando ao conhecimento daquele Instituto o mapa e o memorial descritivo da área. Em resposta à FUNAI o INCRA informava que nos limites propostos não existiam problemas de ocupação à exceção de alguns títulos definitivos, expedidos pelos Estados de Mato Grosso e Amazonas, mas de fácil equacionamento fundiário e, propunha a liberação de uma faixa de aproximadamente 8 Km entre as áreas indígenas Karipuna e Lages, o que permitiria a passagem de rodovias.

Em 1981 foi instituído pela Portaria nº 1.106/E de 15/09/81 e nº 1.141/E de 9/11/81 um GT, composto por um antropólogo e um topógrafo, com a finalidade de promover estudos e levantamentos visando a definição da área indígena. A conclusão do grupo técnico foi de que deveria ser mantida a proposta de interdição de 202.000 ha para que fossem preservados os demais grupos Karipuna, ainda sem contato, que se encontravam em três locais distintos: o primeiro, próximo a cabeceira do igarapé Santo Inácio; o segundo, de três a cinco dias a noroeste do Posto Indígena e o terceiro, a dez dias no sentido sul. As informações obtidas na região pelo GT coincidiam com aquelas registradas em 1977 pelo sertanista responsável pela atracão dos Karipuna.

Durante os trabalhos de campo foi, ainda, constatado que no período de cinco anos houve uma grande depopulação na área com o desaparecimento de 75% do grupo, vitimado por surtos sucessivos de gripe e varíola. O fato reforçou a necessidade de manutenção da integridade da terra indígena, para que fosse ministrada uma assistência adequada aos índios e promovida a atracão dos demais grupos que se encontravam no interior desta, uma das formas de garantir a reprodução física e cultural dos Karipuna.

Não obstante o quadro apresentado, nenhuma providência foi tomada no sentido de interditar a terra indígena e de reiniciar os trabalhos de contato com os isolados, paralizados na década de setenta, embora todos os relatórios da década de oitenta, inclusive o de Avaliação FIP-POLONOROESTE, apontassem para a necessidade urgente de demarcação da terra indígena, tendo em vista o rápido processo de colonização de Rondônia e que, inevitavelmente, levaria a uma grande pressão sobre as terras indígenas e colocaria em risco a integridade física dos índios e, em especial, daqueles ainda isolados.

Em 1988, após onze anos da primeira solicitação de interdição, foi a Terra Indígena Karipuna interdição através da Portaria PP 1095 de 6 de setembro de 1988 em função da necessidade de garantir a integridade física e territorial dos Karipuna e dos índios isolados. Os limites estabelecidos foram de 195.000 ha. Coincidentemente, neste mesmo ano, tem início o processo de invasão do limite sul da área indígena, onde, pelas referências, encontrava-se um dos possíveis grupos ainda sem contato.

Reiniciado os trabalhos de localização dos isolados foi constatado o aumento das invasões estimuladas por órgãos oficiais e por políticos locais que desejavam concretizar a colonização da região e os projetos de construção de rodovias - e a pressão sobre esses grupos, ora sob risco de desaparecimento. Diante do quadro apresentado a FUNAI resolveu criar um Grupo Técnico, instituído pela Portaria nº 820/94 - Pres de 14 de setembro de 1994, para que fosse promovido os estudos preliminares de identificação e delimitação da Terra Indígena Karipuna, uma das formas de garantir o território dos contatados e de proteger os grupos isolados, que se encontram no interior da área e em regiões próximas.

RO0156

UF RO Numero 11

Tipo Conflito:TE Volume 01

Município de GUAJARA-MIRIM/ NOVA MAMORE/PORTO VELHO

Conflito T. I. KARIPUNA

Data 11/08/1995

Fonte NULL

Palavras Chave ,,,,,,